



TEXTO DE REFERÊNCIA

Módulo I

História da Formação Política Brasileira

Aula 2

A História do Brasil numa dimensão ética

Adriano Sandri

O texto apresentará numa linha histórica as relações entre os diferentes atores da construção do Brasil moderno a partir da situação dos povos indígenas pré-existentes, da colonização portuguesa, da escravatura africana, da imigração proletária europeia e asiática até as várias fases do capitalismo brasileiro.

Introdução

O Brasil começou a ser construído com o desembarque dos portugueses nessa parte do planeta hoje chamada América do Sul, ou, mais inadequadamente, América Latina.

Na época do citado desembarque viviam, nesse continente, milhares de povos e milhões de pessoas, com culturas próprias, com formas ‘políticas’ de convivências grupais e/ou nacionais que iam desde formas que podemos considerar primitivas e simples, a outras que eram tipicamente imperialistas, como aquelas organizadas pelas civilizações Maias e Aztecas (na América Central).

Nessa época não existiam as atuais delimitações territoriais políticas e geográficas, como o do Brasil, não existiam uma consciência continental, e, muito menos, políticas continentais. Existiam sim formas políticas de vivências sociais, as mais diferenciadas.



Nossa análise pretende colocar em discussão questões éticas que perpassaram a formação histórica do atual complexo sócio-político que é esse Brasil do início do terceiro milênio da era cristã.

Ética é uma questão de valores, tais como o perdão, a compaixão, a solidariedade, o amor, a paz, entre muitos outros. Ao restringir, nesse texto, a discussão de valores éticos pertinentes ao agir político entendido como agir da ‘polis’, ao agir de coletividades nacionais, internacionais e sub-nacionais, a primeira questão aberta será a de definir quais são os valores éticos dessa ação política. E, tendo como paradigma o socialismo, temos que restringir ainda mais o conceito de ética na política, ou seja, procurar quais são os valores éticos de uma política socialista.

O socialismo, em sua acepção moderna e atual, é uma utopia em construção, e, conseqüentemente, a definição dos valores éticos do socialismo é uma página aberta.

Por isso nesse texto não existe pretensão alguma de delimitar de forma peremptória os valores éticos do socialismo, mas de utilizar alguns valores que são, atualmente, mais consensuais nas diferentes correntes socialistas que formam a área do socialismo em política. Podemos indicar como valores éticos de uma política socialista a igualdade, justiça, equidade, solidariedade, liberdade, democracia, participação, inclusão, desenvolvimento sustentável, paz?

Podemos nos interrogar: como o Brasil atual, resultado de quinhentos anos de políticas públicas internacionais e nacionais, poderia se inspirar nesses valores?



Índice

Parte 1.

Os valores das culturas dos povos indígenas.

Parte 2.

Os valores dos colonizadores

Parte 3.

Os valores dos africanos escravizados

Parte 4.

Os valores do nacionalismo brasileiro

Parte 5.

Os valores republicanos



Parte 1.

“Se Deus é a consciência do Universo Incriado,
Guaraci é a mãe dos viventes.
Jaci é a mãe dos vegetais.
Não tivemos especulação.
Mas tínhamos adivinhação.
Tínhamos Política que é a ciência da distribuição.
E um sistema social-planetário”

(Oswald de Andrade, Manifesto Antropófago, 1928)

Os valores das culturas dos povos indígenas.

Introdução

A colonização do Brasil, como das Américas, da África, de boa parte do continente asiático, da Austrália, por parte das nações européias no segundo milênio da era cristã, não foi uma política planejada entre povos, mas uma política de conquista de espaços econômicos, perpetrada por algumas nações européias, de forma competitiva entre elas. A colonização européia foi uma política de expansão comercial que se consolidou a partir de século XI da era cristã.

Quando, no final do século XV, os europeus chegaram às Américas e os portugueses chegaram nas costas do atual Brasil, nesse continente começou a história que conhecemos como história do Brasil.

Cabe um primeiro questionamento cultural: América, Brasil, modernidade, são três palavras do vocabulário da linguagem dos colonizadores, da cultura européia e da interpretação da história na visão e dentro da ação das nações européias.

Nós utilizamos a linguagem construída e imposta pelos colonizadores, por uma parte da sociedade brasileira. Ela não representa nem expressa, por exemplo, a cultura dos povos indígenas, os sentidos históricos dos povos indígenas, que não construíram e não dividem ideologicamente essa história, pois, para esses povos, é a história interpretada pelos dominadores e invasores.



Também não é a história dos afrobrasileiros que vivem no Brasil, que possuem uma cosmovisão africana e uma memória histórica oposta à concepção européia.

Povos indígenas e afrodescendentes constituem parte viva de nossa atual sociedade política, que, do ponto de vista de valores, aspirações e do ponto sócio-econômico, constituem comunidades e identidades diferenciadas da sociedade predominante. Da mesma forma o apelido de ‘índios’ que utilizamos para os habitantes e povos indígenas é fruto de um equívoco histórico europeu.

Colocamos em discussão essa linguagem porque contribui para perpetuar formas opressivas e exclusivas de convivências políticas, o racismo, a discriminação política, econômica e social que caracteriza nossa sociedade brasileira.

Essa linguagem formata o pensamento sócio-político, forma uma cultura que ‘naturaliza’ as discriminações e freia o processo de tomada de consciência de nossa real situação sociológica e política.

Somente uma radical revolução cultural pode dar os rumos de uma sociedade baseada na justiça, na equidade. O socialismo, como proposta política, não compactuando com o liberalismo capitalista, tem as condições culturais de contribuir e até liderar uma sociedade nova, igualitária.

Como, então, deve-se entender o socialismo em nossa realidade brasileira?

O Choque da colonização.

Calcula-se que em 1500, quando os portugueses desembarcaram nas costas do Brasil, viviam nesse território cerca de cinco milhões de indígenas, organizados em diferentes grupos tribais. Os grupos tribais mais significativos do ponto de vista demográfico e cultural da época, pelo que é possível reconstruir, eram os grupos tribais do tronco Jê, Huarauak, e Tupi-guarani. Os portugueses e os missionários europeus, que tiveram contato inicialmente com os tupi-guaranis, impuseram a língua e a religião deste para a maioria dos outros povos indígenas. Parece que nessa época os Tupi-guarani estavam já impondo uma certa hegemonia cultural e política sobre vastas regiões do nosso atual território brasileiro. Tribos, povos, nações indígenas: como deveriam ser classificadas as populações daquela época que viviam nesse imenso espaço territorial? Até hoje é muito difícil,



utilizando as categorias políticas da cultura ocidental, entender a vida sócio-política dos habitantes indígenas daquela época.

Na segunda metade do século passado, os povos indígenas sobreviventes e organizados formaram a Confederação das Nações Indígenas. O Brasil não reconheceu essa Confederação de Nações, e trata-os como ‘povos’, sem reconhecer elementos que lhes confira o status político de nações. Ao longo dos quinhentos anos de ‘colonização’, a relação entre o Brasil, que vinha se constituindo, e os povos indígenas, mudou muito. No início esse novo ator político os tratou como seres não humanos, depois os subjugou, massacrou muitos deles, dizimou, assimilou, mesclou. No século XX, passou a tratá-los como povos incapazes de liberdade política, equiparando-os aos menores de idade, com direitos políticos limitados e sob a “tutela” do Estado. Com a Constituição de 1988, o Estado brasileiro reconheceu direitos específicos desses povos (não como nações), como direito à delimitação de territórios, respeito e valorização de suas culturas, línguas e costumes.

No sistema brasileiro de educação é dada pouca atenção à história e cultura dos povos indígenas, que muito contribuíram para caracterizar nossa atual cultura.

Como exemplo, lembramos a primeira luta coletiva de resistência dos povos indígenas que se organizaram em várias confederações, do norte ao sul, para resistir à invasão portuguesa. A mais famosa foi a “Confederação dos Tamuya”, união ao redor do chefe mais velho, formada pelas tribos do litoral do Rio, São Paulo e Espírito Santo. Depois de várias derrotas, os portugueses, com medo de serem exterminados e expulsos, propuseram e firmaram um tratado de paz. Os chefes da confederação colocaram as seguintes condições: devolução de todos os indígenas escravizados e entrega dos chefes indígenas que tinham traído seus povos. Depois de assinado o tratado, os povos indígenas voltaram a viver sua vida costumeira. Mas os portugueses se reorganizaram e, passando por cima do tratado, voltaram a atacar e massacraram os povos que compunham a Confederação dos Tamuya.

O sentido de tratado, de paz, de palavra dada, de convivência, do ponto de vista cultural, é simplesmente oposto na cultura indígena e na cultura européia.

Dois sistemas culturais, com seus valores, se confrontaram e se confrontam em nosso território nacional, com a imposição do mais violento e anti-ético. Os povos indígenas se caracterizavam pela



capacidade de convivência: traço que marca, até hoje, a convivência cotidiana do povo brasileiro. Os colonizadores se caracterizaram, desde o início, pelos interesses econômicos individuais e de grupos dominadores: traços que igualmente marcam o cotidiano do povo brasileiro hoje.

Diante dessa sintética releitura da história do encontro de duas civilizações, cabe questionar os valores éticos que devem fundamentar a convivência social e repensar a tarefa do socialismo na política atual.

Dois valores éticos discrepantes caracterizam o confronto entre as duas culturas: o de propriedade e o da relação com a natureza.

Propriedade: os indígenas não concebiam a propriedade individual, e o território que ocupavam para garantir sua vida e sobrevivência era utilizado de forma comunitária. Uma vida econômica com características e valores comunitários.

Ecologia: os indígenas não agrediam a natureza, não a ‘submetiam’ nem a ‘exploravam’, como os europeus. Até hoje essas concepções se enfrentam, e os brasileiros relutam em garantir aos povos sobreviventes reservas de terras, considerando-as exageradas, sem questionar a forma de apropriação latifundiária, especulativa, predatória e devastadora que caracterizou e caracteriza o sistema econômico e de propriedade implementado pela colonização européia.



Parte 2.

Nunca fomos catequizados.
Vivemos através de um direito sonâmbulo.
Fizemos Cristo nascer na Bahia.
Ou em Belém do Pará.

(Oswald de Andrade, *Manifesto Antropófago*, 1928.)

Os valores dos colonizadores

Introdução

Entendendo por ‘valor’ tudo o que é valorizado pelos seres humanos, sem prejulgamento moral de valores bons ou negativos, intrínsecos ou culturais, pode-se afirmar que todas as experiências históricas se caracterizam por valores específicos. No presente debate pretende-se provocar uma reflexão conjunta para que possamos formar nossa opinião sobre o fato de determinados valores serem considerados positivos ou negativos a partir do paradigma do socialismo.

Nesse momento queremos salientar e colocar em discussão o que a cultura ocidental européia valorizava na época da colonização do Brasil.

O etnocentrismo é uma atitude cultural natural, própria de todo ser humano, individualmente e coletivamente. Todo ser humano, enquanto ser que compreende e conhece, se coloca ao centro do mundo, pois a forma de conhecer se dá a partir do sujeito, de seu loco físico, cultural, político, econômico, de gênero, etc. Por mais esforço que uma pessoa faça para ser ‘imparcial, neutra, objetiva’, sua capacidade de entendimento e de julgamento depende sempre do que ela é. Refletir sobre a história não é, ou não deveria ser, um exercício de julgamento de intenções de outros povos, de outros tempos, de outras culturas, mas o exercício de interpretar, numa privilegiada situação de distância, acontecimentos que nos façam crescer e aprender a conviver. “*Historia magistra vitae*”: a história é mestre de vida, dizia o grande filósofo romano Cícero. Discute-se história para aprender, não para julgar.



Descoberta ou invasão? Colonização, civilização, primitivos?

De novo é o problema da linguagem que nos questiona sobre os diferentes entendimentos de um acontecimento histórico, que não podemos mudar, pois aconteceu mesmo. Acontecimento histórico, porém, que, dependendo de sua compreensão, pode nos levar a repensar nossas atuais políticas.

A cultura européia do final do século XV, que tinha como denominadores comuns o cristianismo centralizado no papado romano e os processos de conquista do mundo oriental, africano e, sem saber, do continente americano, era fundamentada na cosmovisão da religiosidade cristã na qual o progresso passava pela conquista de novos espaços comerciais e na qual a vitória do cristianismo constituía a justificativa religiosa para tal empreendimento.

O colonialismo europeu foi a base do atual modelo de desenvolvimento tecnológico, econômico e cultural. Do outro lado, essa evolução, assim como outros empreendimentos de dominação, se caracterizou por todo tipo de dominação, genocídios, massacres, cuja vastidão e crueldade são desconhecidas.

As inegáveis responsabilidades e conivências do cristianismo, no que consideramos positivo ou negativo, são objeto de análise e reflexão não para culpabilizar uma religião, mas para nos educar a uma atitude crítica com relação a nós mesmos, aos acontecimentos do nosso tempo, e para uma atitude de constante avaliação da ação político-partidária, pois o etnocentrismo, o dogmatismo cultural e a arrogância do poder não são fenômeno típico do passado: permanecem no presente, são dimensões constantes de todas as culturas. Um curso de educação política objetiva fazer crescer a consciência crítica sobre o agir político individual e coletivo.

A análise da colonização do território brasileiro é uma restrita experiência histórica, pois ocupações, guerras, genocídios não são nenhuma novidade histórica e, infelizmente, fazem parte da nossa atualidade que revela muita apatia frente aos cotidianos massacres, atentados, guerras, terrorismos e explorações de todo tipo e de todos os lados, que acontecem ao nosso redor sem uma reação ética da população mundial.

Será que a constante narração de tantas violências anestesia todo mundo ou será que nos falta uma formação política e ética digna desse nome?



As faces da colonização

A ação do ser humano no planeta terra é conceituada como ‘história’. De fato, os humanos são, entre os seres vivos, os que interferem de forma planejada e intencional nas mudanças que aqui acontecem. Nessa ação, a interação entre humanos é a central, a mais interessante e complexa. Nessa interação, os humanos sempre identificaram a posse de um espaço territorial como necessidade básica para se sustentar e dar continuidade à espécie e à cultura.

Foram inúmeras as formas de convivências e de confrontos entre grupos humanos, desde os mais simples como os grupos familiares, matriarcais ou patriarcais, tribais, nacionais ou entre impérios. Nesse momento estamos analisando o fato histórico da colonização portuguesa no Brasil. Conhecemos fatos, personagens centrais do processo, etapas e tudo mais. As questões que colocamos para nossa reflexão são relativas aos valores éticos que nortearam a ação colonizadora dos portugueses.

A colonização do Brasil é resultado da mudança do sistema econômico europeu que, há cerca de 700 anos, estava passando do sistema feudal-agrário para o sistema mercantil, sob a direção de uma nova classe social, a burguesia, que estava paulatinamente substituindo o papel dos senhores feudais. De uma sociedade quase estagnada, estava surgindo uma sociedade bem mais dinâmica e empreendedora. Outro fator que impulsionou a colonização foi a formação das nações européias modernas, saindo do centralizado ‘império romano’ sob a proteção do papado romano. A progressiva perda do controle político do papa coincidia com a formação dos estados nacionais, como França, Espanha, Portugal, Inglaterra, e, em seguida, todos os outros. A diversificação das nações, por seu lado, impulsionava a criação de mercados diferenciados e da concorrência. A conquista e exploração da Índia e de outros países asiáticos para abastecer os mercados europeus levou a Espanha e o Portugal à procura de um caminho mais curto para chegar nesses lugares, uma vez que estava consolidada a noção de que o planeta terra era um corpo redondo.

Essa sintética introdução do colonialismo é só para entender como qualquer processo político é extremamente complexo.

Foi, então, realmente uma descoberta para espanhóis e portugueses a existência desse nosso continente. Diante dessa novidade, os colonizadores se comportaram da forma que sua concepção de mundo, sua cosmovisão, seus valores éticos e seu etnocentrismo os municiavam.



Uma vez que perceberam que esse continente não era a ‘Índia’, e constataram sua superioridade militar, os europeus se tornaram “conquistadores”.

Se conquistar é um valor humano, (hoje o ser humano já está planejando conquistar o espaço cósmico), os europeus estavam desenvolvendo essa dimensão ético-humana. Coube à Espanha e Portugal, depois de se sobrepor às tentativas de colonização de franceses, holandeses e ingleses, colonizar a América do Sul, desenvolvendo esse valor: a conquista.

Um segundo valor ético que caracterizava a colonização foi o princípio da propriedade. Portugueses e espanhóis nunca duvidaram serem legítimos proprietários dessa imensa terra, pois a tinham ‘descoberta’. Coube à igreja, com a ratificação do Tratado de Tordesilhas pelo papa Júlio II, em 1506, dirimir a disputa da posse da América do Sul entre Espanha e Portugal, evitando um conflito armado entre duas nações ‘católicas’.

Essa era a concepção da cultura européia que nem de longe levantava questões de ‘direitos humanos’, como a igualdade, a dignidade humana dos povos apelidados de ‘primitivos’, e, portanto, necessitados de ajuda para serem ‘batizados e civilizados’, depois de ter reconhecido, sob pressão da igreja, a natureza humana dos indígenas. Isso, porém, não levantou nem de longe a dimensão ética do respeito das culturas indígenas, do direito à vida sócio-econômica desses povos. A concepção sacralizada de dignidade humana da cultura européia era tão etnocêntrica e submetida aos interesses econômicos que produziu o genocídio dos povos indígenas da América do norte, central e do sul e continua problemática até os nossos dias.

Progresso e propriedade privada foram dois ‘valores’ que nortearam a colonização do Brasil. Com essa ideologia foi realizado todo o processo de colonização. Percebe-se como nós, seres humanos, agimos dentro de uma cultura e na lógica de uma cultura. Os portugueses, para fazer uma comparação histórica, não repetiram práticas mais antigas, como a dos romanos que utilizavam os primitivos para se divertirem nos circos onde esses lutavam e se matavam. As crueldades humanas são incontáveis. A história de nossa colonização teve outras aberrações éticas, encobertas pelos interesses, pelo credo desenvolvimentista e por motivações religiosas hoje claramente condenadas. O progresso ético da humanidade se dá, muitas vezes, a partir da tomada de consciência de degenerações cometidas.



Progresso e propriedade privada continuam sendo valores que predominam em nossa atualidade política, e, muitas vezes, pretendem-se inquestionáveis. No confronto de duas propostas políticas e éticas, a do capitalismo e a do socialismo, essa é uma questão essencial.

Será que no mundo atual perpetua-se o ‘colonialismo’ em sua essência ética?

Será que o socialismo, com seus valores éticos opostos ao do capitalismo, é pura ilusão?

O que o socialismo tem a propor para uma política ética coerente com seus princípios?



Parte 3.

Foi porque nunca tivemos gramáticas, nem coleções de velhos vegetais.
E nunca soubemos o que era urbano, suburbano, fronteiro e continental.
Preguiçosos no mapa-múndi do Brasil.
Uma consciência participante, uma rítmica religiosa.

(Oswald de Andrade, Manifesto antropófago. 1928)

Os valores dos africanos escravizados

Introdução

Passaram, pelos navios negreiros, conhecidos como “tumbeiros”, entre 65 e 75 milhões de pessoas durante os cerca de 400 anos em que as nações “civilizadoras” europeias praticaram a escravização dos povos africanos,.

Hoje a escravidão parece uma lembrança histórica impossível, totalmente condenada pela filosofia ética dos Direitos Humanos Universais e pelas religiões. Não foi assim durante milênios.

A escravidão é uma marca histórica da cultura humana. A escravidão “de Estado” executada pelas nações civilizatórias e detentoras da religião do amor, merece um questionamento ético, pois a escravidão é simplesmente um grau da exploração do ser humano por outros seres que se dizem humanos. E, sendo consenso que essa cadeia de exploração está muito longe de ser quebrada, superada, ao contrário, mudam-se formas de exploração, mas mantém-se o princípio cultural que a implementa – a superioridade de um ser humano sobre outros -, é necessário colocar no centro da discussão da ética política a questão da exploração do ser humano por outros seres humanos. Escravidão hoje existe sim, raramente na forma que se deu na fase da colonização europeia, pois é reprimida jurídica e policialmente, mas continua na exploração do trabalho que, no sistema capitalista, assumiu a forma de trabalho assalariado. Culturalmente não percebemos todas as múltiplas formas de negação da dignidade humana imbuídas no sistema capitalista de exploração. Mas esse sistema é perverso e desumano. A própria migração de milhões de trabalhadores e



trabalhadoras do terceiro mundo para os países centrais do capitalismo nada mais é de que a nova forma que o fluxo escravocrata adquire nos nossos dias.

Durante 400 anos a África passou pelo maior genocídio da história provocado pela política de dominação humana. A matança e a deportação dos jovens e adultos sadios deixavam as tribos e povos africanos só com velhos, crianças, sem condições de se reproduzirem e viverem suas culturas. Até hoje os povos que praticaram esse crime da humanidade se recusam a assumir suas responsabilidades e praticar uma justa reparação. Ao contrário, sob outras formas, aproveita-se da fraqueza política e econômica desse continente, produto desse longo período de dominação e dizimação, e quase nada se faz para resgatar a impagável dívida humanista.

Civilização e cultura

A cultura é a forma de convivência que todo tipo de sociedade humana, necessariamente, adota e constrói, pois a convivência humana é mais do que instintiva: é uma construção política, inteligente, finalizada, transmitida e, ao mesmo tempo, em contínua reformulação. A civilização é o nome específico das culturas das sociedades urbanas (do latim ‘civitas’ que significa ‘cidade’). Com esse nome são classificadas as convivências humanas mais complexas, hierarquizadas, e, também, normalmente culturas que cultivam a perspectiva expansionista, organizando exércitos, polícias, estruturas políticas de poder, controle, arrecadação de impostos, fiscalização, etc.

Nos meados de século XVI, as potências européias, há muito tempo, eram civilizações, enquanto os povos africanos, salvo raras exceções, ainda viviam na situação de culturas ligadas às formas econômicas rurais e silvestres.

Muitas inverdades foram difundidas para esconder o genocídio provocado pela escravização dos povos africanos, como a que sublinha que os africanos já conviviam com a escravidão entre eles. O fato é que esse fenômeno de escravizar prisioneiros de guerra, fato comum na história da humanidade, nada tem a ver com a crueldade do comércio de escravos que os europeus implementaram e financiaram.

Poder e progresso são palavras-chave do universo ético e político das civilizações européias que estamos analisando. Não eram esses os valores éticos e políticos dos povos africanos que foram escravizados. Ao chegar ao Brasil os escravos trouxeram sua cultura, seus valores. Hoje, o entendimento de nossa cultura brasileira ainda é um desafio. Parece que vivemos ainda na fase de



uma ditadura cultural. Somos conhecidos e considerados como “latino-americanos”. Será que o traço da “latinidade” é tão caracterizante de nossa cultura brasileira? Gramaticalmente falamos a língua portuguesa, mas nossa gramática portuguesa não é a maior característica de nossa linguagem, pois os sentidos, a musicalidade e as expressões da linguagem carregam fundamentalmente nossas formas relacionais, bem diferentes das européias. Temos estruturas políticas calcadas em modelos europeus e norte-americanos, mas funcionamos numa plataforma política de relações humanas completamente diferentes das latinas e anglo-saxônicas.

A história dos escravizados não é uma história de negação cultural. Ao contrário, os africanos lutaram e souberam cultivar e, nos mais de cinco mil quilombos existentes, reconstruir suas formas mais profundas de conceber a vida, seus valores éticos, suas religiosidades e cosmovisões, inclusive integrando, muitas vezes, tradições culturais africanas diferentes. As culturas africanas impediram a ‘colonização’ cultural européia, e influenciaram significativamente nossa cultura atual.

Hoje, nossa cultura brasileira é emblemática. Muitas vezes pretende-se interpretar nossa cultura com os paradigmas do mundo ocidental, mas percebe-se a inadequação dessa forma. Sem querer afirmar que os valores das culturas africanas são positivos ou negativos, é importante refletir sobre essa nossa cultura, pois, na questão política, a cosmovisão e as aspirações culturais são elementos fundamentais.

Diante dos imensos problemas provocados pela cultura e pelos valores éticos da civilização capitalista, predatória, consumista, a concepção ética das culturas africanas representa um espaço de resistência e de contra-valores que se aproximam muito das utopias socialistas.

Estamos num momento político no qual a africanidade está se afirmando como política pública, assumida por governantes de todas as esferas federais.

Do ponto de vista de uma ética socialista, quais são os desafios que nos questionam?

Como repensar e construir a política socialista dentro das dimensões ético-culturais dos povos indígenas e das culturas afro-brasileiras?



Parte 4.

A nossa independência ainda não foi proclamada.

Frase típica de D. João VI:

– Meu filho, põe essa coroa na tua cabeça, antes que algum aventureiro o faça!

Expulsamos a dinastia.

É preciso expulsar o espírito bragantino, as ordenações e o rapé de Maria da Fonte.

(Oswald de Andrade, *Manifesto Antropófago*, 1928.)

Os valores do nacionalismo brasileiro

Introdução

7 de setembro de 1822: Independência?

Oficialmente, juridicamente, O Brasil torna-se nação independente nessa data. Demorou ser reconhecido como tal pelo Portugal e outros países europeus.

Que independência alcançou o Brasil com esse fato?

A independência política do Brasil aconteceu dentro de um contexto de ‘revoluções’ que estavam acontecendo no mundo ocidental, como o início da revolução industrial, as revoluções políticas (Estados Unidos e França) e a revolução cultural, com a afirmação de novas ideologias, liberalismo e socialismo, que trouxeram muitas novas idéias, como a que afirma que o poder vem do povo e não de Deus, a idéia da democracia e não mais de reino de propriedade de uma família, a de liberdade e não mais de obediência, a de igualdade e não mais de nobreza, e, sobretudo, a ascensão e afirmação de uma nova classe: a burguesia.

Outro motivo que incentivou conspirações (como a Inconfidência Mineira) e rebeliões pela independência foi o contínuo aumento de impostos e a lei do ‘quinto sobre o ouro’, que Portugal exigia. Essa independência foi uma conquista de uma elite brasileira, pois suas bandeiras eram tipicamente ligadas aos seus interesses econômicos, sem nenhuma mudança relativa à exploração dos trabalhadores e dos escravos. Como é conhecido, foi a vinda do rei do Portugal D. João VI, que, fugindo da ameaça da invasão do Portugal por parte de Napoleão e com a proteção dos ingleses, se refugiou no Brasil, acelerando assim o processo de nossa independência. Com sua corte de cerca de 15.000 funcionários, Rio de Janeiro se transformou em verdadeira capital e romperam-se as proibições anteriores de não industrializar a ‘colônia’. O Brasil ganhou então a Escola Anatômica,



Cirúrgica e de Medicina, a fábrica de Navegação do Brasil, a Junta de Comércio e Agricultura, o Banco do Brasil. Foram construídas as primeiras siderúrgicas em Sorocaba (SP) e Congonhas do Campo (MG), e as primeiras manufaturas têxteis.

Quem mandava e mandou durante a fase do Império (1822 – 1889) foi a aristocracia agrária, que, já na época da Independência, estava dividida em dois grupos, os aristocratas, conservadores, e os democratas, renovadores, que, ao longo do período, fundaram o Partido Republicano e incentivaram o fim da escravidão.

É necessário ressaltar duas características dessa passagem ‘política’ da história brasileira. No Brasil não existia uma nova classe, revolucionária, a ‘burguesia’. Será por isso que nossa independência não foi uma revolução? Nós utilizamos a nomenclatura ‘aristocracia agrária’ para a classe que, a partir de então, monopolizou o poder político até a ditadura militar de 1964. Mas, dentro das definições de ‘aristocracia’ ou ‘oligarquia’ que estudamos no primeiro capítulo, qual seria o termo mais adequado para essa classe que dominou nosso país por 140 anos?

Independência e nacionalismo

Historicamente, com a independência política os países ex-colônia começam a construir a identidade nacional. O Brasil passou da organização política de colônia para o sistema político do império. Outros países passaram diretamente de colônia para república.

Desde o início do império a aristocracia se dividiu em dois grupos, um que tinha seus interesses econômicos ligados ao setor de exportação, outros mais voltados para uma perspectiva de crescimento interno. O primeiro foi o setor conservador, o outro renovador. A independência permitiu revelar os dois pólos de interesses econômicos. Porém, ficou por fora um terceiro grupo econômico composto por escravos e trabalhadores em geral.

Isso levanta duas questões historicamente bem caracterizadas desde o momento da independência de Portugal, e que permanecem atualíssimas.

Uma é a questão de uma política econômica voltada para o mercado externo, o pagamento de juros das dívidas externas e internas, oposta à política que prioriza o problema do mercado interno, da distribuição da renda, entre outras questões. São modelos econômicos sobre os quais uma visão socialista e ética se confronta com as políticas neo-liberais e social-democratas.



A outra questão é a da participação popular, da democracia entendida como exercício do poder popular e não do poder de ‘representação formal’, que se opõe a centralismos democráticos ou burocráticos, ou centralismos manipulados pelo poderio econômico, ideológicos e dos sistemas de comunicação de massa.

A independência do Brasil trouxe a questão política ‘dentro de casa’. Ou seja, até então o foco da luta era o Portugal. A partir da independência, o foco da luta política foi a “igualdade”. As seis décadas do império foram muito agitadas politicamente. Já em 1817 explodiu a revolta de Recife, na qual os revoltados organizaram, durante 75 dias, um governo provisório, reivindicando a independência política do Rio de Janeiro. Proclamaram a abolição dos impostos, a liberdade de consciência e de imprensa, mas mantiveram o direito de propriedade, ou seja, o direito de manter os escravos. Revolta dos aristocratas sim, mas sempre revolta, ou seja, legitimação da revolta.

A aristocracia agrária estava dividida entre si: fazendeiros do café no estado de São Paulo, latifundiários do açúcar e algodão do nordeste e os estanceiros do Rio Grande do Sul. Mesmo se divididos, a política nacional dos aristocratas agrários conservadores se caracterizou como política de manutenção da escravidão, expansão da monocultura, fortalecimento dos poderes dos Estados, imperialismo sobre a América do Sul que levou às guerras contra a Argentina e o Paraguai, e, na contramão da primeira e sob pressão da aristocracia renovadora, incentivo à imigração proletária européia.

O terceiro ator político, o povo, começou sua participação política durante essa fase imperial. Basta lembrar as mais importantes revoltas, a Confederação do Equador, a Cabanada, a Balaiada, a Farroupilha, a Praieira, e, finalmente, a abolição da escravatura. A população, excluída da participação institucional na política nacional, construiu os alicerces de sua identidade política nesse período em que o Brasil conquistou sua identidade nacional.

Hoje o nacionalismo é uma identidade polêmica, pois a globalização e o neo-liberalismo econômico defendem a extinção das proteções nacionais.

Como o socialismo, que tem em seu ideário a superação das fronteiras, entende hoje o nacionalismo?



Parte 5.

Somos concretistas.
As idéias tomam conta, reagem, queimam gente nas praças públicas.
Suprimamos as idéias e as outras paralisias.
Pelos roteiros.
Acreditar nos sinais, acreditar nos instrumentos e nas estrelas.

(Oswald de Andrade, manifesto *Antropófago*, 1928)

Os valores republicanos

Introdução

No Brasil o sistema republicano democrático já predominou durante os últimos quase cento e vinte anos. Predominou, pois foi interrompido por duas ditaduras. Parece ser o sistema que vai se perpetuar por muito tempo, talvez séculos... Por quê?

Para um sistema político se sustentar, precisa ser fundamentado em valores aceitos pelos poderes dominantes (nem sempre pela maioria dos participantes).

Quais serão os valores da República, para ter se tornado o sistema político que derrubou monarquias (ou as limitou substancialmente nos seus antigos poderes), ditaduras de direita e esquerda, ditaduras militares, na quase totalidade do mundo ocidental? (É bom lembrar que o sistema republicano ocidental não predomina entre povos de cultura islâmica, e é uma outra realidade na “República Popular” da China.)

Nesse momento pretende-se limitar essa discussão extremamente ampla para dois aspectos desse sistema político, ou seja, debater as duas palavras-chaves: *‘res pública’* e *‘democracia’*.

‘Res pública’ é palavra latina, que traduz um sistema político que coloca como objeto da política o que deve ser considerado como ‘bem público’.

‘Democracia’ é palavra de origem grega, cujo sentido literal significa “governo de muitos”.

Do ponto de vista da análise de valores que norteiam a política brasileira desde 15 de novembro de 1889, delimitando a discussão sobre a questão do bem público e do sistema democrático, pretende-se provocar a discussão sobre duas vertentes extremamente polêmicas na ação política.



“Res pública”: no sentido literal ‘coisa pública’, mais do que definição ou delimitação, é provocação. Não diz o que é público, pois tudo pode ser público. Quem poderia se arrogar a prerrogativa de afirmar o que é ou não é público? É um desafio político-cultural. Político, no sentido que sua definição deve passar por uma ação política, de confronto, negociação, por um tipo de consensualidade, etc. Cultural pois é dentro de um contexto cultural que algo pode ser ou não ser considerado público. Exemplo simples de visualizar é o espaço da família: hoje o Estado pode tirar o poder dos pais sobre os filhos, coisa que até pouco tempo atrás nem se pensava.

“Democracia”: demagogicamente traduzida como “governo do povo”, é um sistema de tomada de decisões diferente dos sistemas oligárquicos, aristocratas, ditatoriais, monárquicos, experimentados pelos gregos antigos. Na Grécia antiga denominaram de democracia o bom governo de muitos, o governo dos homens livres, ou seja, dos que possuíam uma situação econômica tal que lhes permitia estar na praça pública e discutir a política, pois as mulheres e os escravos garantiam seu status econômico-social. O fim do sistema democrático na antiga Grécia foi traumático: essa forma de tomada de decisões acabou sendo a disputa de interesses individuais e não mais a forma de melhor governar a cidade, ou seja, os interesses públicos. Por esse motivo Aristóteles e Platão a definiram como “o pior dos governos”.

“Democracia” hoje é, na famosa definição atribuída a Wilson Churchill, “um péssimo sistema de governo, porém o que de melhor se conseguiu construir até hoje”.

Desde sua reaparição na era moderna no mundo ocidental, a democracia teve uma contínua evolução, pois, inicialmente era o exercício do governo por parte de elites econômico-burguesas, excluindo a maioria do povo, as mulheres, como na Grécia antiga.

Hoje, além de um sentido básico de democracia como sistema eleitoral para a escolha dos representantes que governam em nome do povo (democracia representativa), democracia sempre mais é entendida como um sistema de convivência política que alarga a participação não somente nas formas de tomada de decisões (como consultas e ações populares), mas também como ampliação da participação de todos na esfera econômica, cultural, previdenciária, educacional, na área da saúde, habitação, etc.



República e Democracia

A proclamação da República do Brasil foi um fato que, mais uma vez, caracterizou a secular política de apropriação, por parte da aristocracia, da riqueza produzida por uma multidão de trabalhadores numa situação extremamente precária, uma parte deles recém saída da escravidão formal e outra composta de pobres imigrantes europeus e asiáticos, ainda sem organização própria capaz de lutar pelos direitos mínimos dos assalariados.

Mas, mesmo tendo sido a proclamação da República a apropriação do poder político por parte da aristocracia agrária mais progressista contra aquela mais conservadora, tal fato representou uma mudança considerável. Podemos frisar, entre outras inovações, a descentralização do Estado com maior poder nos níveis regionais, a inclusão dos imigrantes que receberam, em massa, a cidadania brasileira satisfazendo a reivindicação dos industriais, a separação oficial entre Estado e Igreja e a reforma da educação. Todas essas mudanças e reformas atendiam aos interesses das aristocracias, da classe média, e dos militares. Nada de interesse do povo trabalhador, que, de fato, mais uma vez, não teve participação alguma.

Mas, nesses mais de cento e dez anos posteriores a essa mudança política estrutural, qual foi o alcance da Democracia e da República para a maioria dos brasileiros? Como podemos avaliar essa história recente do ponto de vista de uma ética socialista?

Com relação à ‘res pública’ pode-se afirmar que prevaleceu a ética de que essa ‘res pública’ é de quem sabe dela se aproveitar melhor. Não são os inúmeros casos de ‘corrupção’ que devem preocupar, pois eles são considerados anti-éticos e ilegais. É a aceitação da situação de injustiça social, a aceitação da sociedade dos privilegiados e dos excluídos e da maior disparidade social do mundo que deve questionar nossa cultura política. A cultura brasileira não se indigna com a gritante injustiça social: a internou como normalidade. Assim, para exemplificar, a terra, que para a cultura indígena e para as culturas africanas não é propriedade privada e sim propriedade de uso, se tornou propriedade latifundiária, de multinacionais e especulativa; as empresas públicas, que Getúlio Vargas começou a fundar para promover o desenvolvimento industrial, se tornaram subsídio fácil e natural das multinacionais e das grandes empresas industriais, para lucros fabuloso, acrescidos pela exploração dos operários garantida pelos sucessivos governos federais, representantes das



aristocracias econômicas, que reprimiram e controlaram o movimento sindical. Para acabar com essa situação, os governos neo-liberais entregaram as empresas estatais ao capital privado, a um preço irrisório.

Com relação aos processos democráticos, se a democracia econômica não é nem de longe uma realização de uma distribuição mínima da riqueza, a democracia formal foi, nesse período republicano, um avanço muito sofrido, interrompido com a repressão toda vez que sinalizava um avanço. Nos primeiros cento e dez anos de República o voto não representou uma democracia representativa ética, pois fatores como a exclusão da maioria (mulheres, analfabetos e pobres), os grotões ou currais eleitorais manobrados pelos vários tipos de coronelismos, as manipulações do poder econômico e da mídia, para citar os mais clamorosos, não permitem dizer que a democracia representativa foi real. Somente no início do século XXI o povo votou, pela primeira vez, seguindo sua intuição e sua preferência. Isso deveu-se ao avanço da aprendizagem política realizada por partidos, movimentos sociais e religiosos, oposição às ditaduras, e à própria evolução cultural que o processo de globalização inevitavelmente proporciona .

O processo da conquista da democracia representativa foi longo e constante: não pode-se dizer que é uma conquista plena e definitiva, mas vale a pena tentar entender o atual nível de democracia para uma atuação eficiente.

CONCLUSÃO

A conclusão é um questionamento. É um debate. É uma lição em aberto.

A história do Brasil é uma história cheia de egoísmos e centralismos.

Uma história que passa longe dos valores éticos que norteiam o programa e a proposta do socialismo democrático defendido pelo PSB.

A formação política é um instrumento estratégico para a construção de uma política ética.

E, para que o PSB seja um partido coerente com seu programa ético, precisa que discuta coletivamente a realidade, pois, como pode aparecer claramente nessa sintética leitura de nossa



história, todos os principais atores políticos defendiam “valores éticos”. Valores, porém, que não visavam ‘o próximo’, mas seus interesses e suas culturas políticas, religiosas, nacionais, de raça ou de classe.

O resultado é esse Brasil campeão de injustiça econômica, e com outras grandes injustiças culturais e sociais a serem eliminadas.

Uma proposta socialista ética poderia ser uma grande contribuição para uma virada de rumos radical e promissora.



BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, Francisco; CAPRI, Lucia; RIBEIRO, Marcus Venício. *História da Sociedade Brasileira*. Ao Livro Técnico, 1985.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil* – Ed. Vozes, 3ª edição.

ANTUNES, Ricardo. *Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil* – Ed. Ensaio, Cap.I, 1988.

BUENO, Ricardo. *O ABC do Entreguismo no Brasil* – Ed. Vozes.

CONRAD, Robert Edgard. *Tumbeiros*. Brasiliense, 1987.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado* – Ed. Vozes.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Ed. Civilização Brasileira, 1985.

História da Classe Operária no Brasil – ACO – 4º caderno.

História da Classe Operária no Brasil, AOC.

História da Classe Operária no Brasil, CPO, 1985.

IANNI, Octávio. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. Brasiliense, 1987.

JAGUARIBE, Hélio. *Sociedade e Política*. Ed. J.Z.E.

KOVAL, Boris. *A Grande Revolução de Outubro e a América Latina*. Alfa-Omega.

_____. *História do Proletariado Brasileiro*. Alfa-Omega, 1982.

LUCAS, José. *SOS homem do campo* – Ed. Kairós.

MARANHÃO, Ricardo; MENDES JÚNIOR, Antonio; RONCARI, Luiz. *Brasil História*. Brasiliense, 1983.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil* – Ed. Vozes

MINC, Carlos. *A reconquista da terra*. Ed. J.Z.E.

REZENDE, Antônio Paulo. *História do Movimento Operário no Brasil*. Ática, 1986.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo* – Ed. Paz e Terra, 2ª edição.



SILVA, Antônio Ozai da. *História das tendências no Brasil* – 2ª edição.

TRONCA, Ítalo. *Revolução de 1930: a dominação oculta* – Ed. Brasiliense